



ISSN 2763-6739



MESTRADO
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.v1i1.2023.j>



Lidiane Kingeski Garbuio*

<https://orcid.org/0009-0000-1459-3407>



<http://lattes.cnpq.br/4240664585933142>



Lucimar Araujo Braga**

<https://orcid.org/0000-0003-0178-4516>



<http://lattes.cnpq.br/8582701929104828>



* Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

✉ kingeskilidiane@gmail.com

** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, professora adjunta e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

✉ labraga2007@gmail.com

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

RESUMO: Este artigo analisa a formação do professor que leciona nos anos finais do ensino fundamental para alunos com deficiência. O objetivo geral analisa a formação do professor no processo de inclusão dos alunos com deficiência. Os objetivos específicos buscam investigar a formação docente, inicial ou continuada, na perspectiva da inclusão; verificar se a formação do professor se encontra em consonância com o processo de inclusão em sala de aula e identificar se a formação do professor corresponde às necessidades dos alunos com deficiência. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de explorar estudos relacionados ao tema. Entre os principais resultados a serem alcançados com a pesquisa considera-se o da importância da reflexão sobre a formação docente e como esta implica diretamente no processo de ensino dos alunos incluídos. Conclui-se que a formação docente inicial ou continuada possibilita que os professores possam conhecer e desenvolver novas atitudes docentes que os auxiliem nas situações complexas de ensino voltadas à inclusão, além de refletir sobre o que precisa ser mantido ou aperfeiçoado para que a inclusão realmente se confirme e para que haja um ensino realmente inclusivo e igualitário.

Palavras-chave: Formação docente; anos finais; educação inclusiva.

TEACHER EDUCATION AND INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT: This article examines the education of teachers who instruct students with disabilities in the final years of primary education. The overall objective analyzes the teacher education process in the inclusion of students with disabilities. The specific objectives seek to investigate teacher education, whether initial or ongoing, from the perspective of inclusion; verify if teacher education is in line with the inclusion process in the classroom; and identify whether teacher education meets the needs of students with disabilities. This is bibliographic research aimed at exploring studies related to the topic. Among the main results to be achieved through the research, the importance of reflecting on teacher education and how it directly impacts the teaching process for inclusive students is considered. It is concluded that initial or ongoing teacher education enables teachers to understand and develop new teaching attitudes that assist them in complex inclusion-focused teaching situations, in addition to contemplating what needs to be maintained or improved to truly affirm inclusion and to achieve genuinely inclusive and equitable education.

Keywords: Teacher education; final years; inclusive education.

1. INTRODUÇÃO

A formação dos profissionais da educação, em especial dos professores dos anos finais do ensino fundamental, seja de forma inicial ou continuada, vem se constituindo em condição essencial para a educação e inclusão de estudantes com deficiência nas salas de aula regulares.

Conforme está previsto no capítulo V, artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, a educação especial será oferecida na rede regular de ensino.

O caminho para a aprendizagem dos alunos com deficiência está relacionado com a formação que o professor recebeu para a prática da inclusão, seja ela durante sua formação ou após sua graduação. A formação docente no ambiente escolar é de extrema relevância para que se tenha uma educação e um ensino de qualidade, por isso a formação docente deve ser continuada.

Analisar e refletir sobre a formação docente dos professores que atuam com alunos inclusos é de extrema relevância, uma vez que existe a necessidade de compreender os sucessos e as dificuldades encontradas em sala de aula perante os desafios encontrados na educação inclusiva para então oferecer suporte aos alunos inclusos.

Nesse aspecto, Freire, (1996, p.43) afirma que: “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem é que pode melhorar a próxima prática”. Dessa forma há uma necessidade de o educador adequar o conteúdo ao nível cognitivo e à experiência das crianças para que os mesmos possam ser compreendidos por qualquer aluno.

O problema de pesquisa deste estudo surgiu do questionamento: como a formação do professor, que atua com alunos dos anos finais do ensino fundamental, se efetiva no processo de inclusão dos discentes com deficiência?

A partir dessa indagação, a pesquisa possibilitará uma melhor compreensão e

aprofundamento dos conhecimentos acerca do tema, bem como os sucessos e dificuldades encontradas em sala de aula pelos professores que vivenciam a inclusão. Verificará também se a formação docente encontra-se em consonância com o processo de inclusão em sala de aula, além de identificar se a formação do professor corresponde às necessidades dos alunos com deficiência.

A pesquisa contará com referencial teórico constituído de pesquisa bibliográfica de autores que analisam e discutem questões relacionadas à importância da inclusão social, a efetivação da mesma nas escolas, nas salas de aula regulares e na sociedade, como Mantoan (2011), Minetto (2008), Santos e Paulino (2008), Carvalho (1997) e Mantoan e Prieto (2006), bem como autores que fundamentam seus estudos com base na relação entre a formação docente para o sucesso da aprendizagem do aluno como Freire (1996), Tardif (2014), Imbernón (2010), Fantinato (2014), Gadoti (2011), Sacristán (2000) e Libâneo (2005).

Dessa forma, os conceitos trarão efetiva contribuição e embasamento teórico para alcançar os objetivos propostos, e os professores e profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem dos alunos da educação especial poderão utilizar essas referências e essa pesquisa para melhorarem suas práticas.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As pessoas com deficiência têm o direito de frequentar as salas de aula regulares de ensino das escolas. A educação inclusiva busca a igualdade de ensino a todos no processo educacional. A inclusão escolar proporciona ao aluno o direito de frequentar a escola e as salas de aula regulares.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças

individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (BRASIL, 2001, p. 20).

A Declaração de Salamanca, segundo o documento Saberes e Práticas da Inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas Brasil (2005, p.16) confirma que as escolas comuns com orientação inclusiva são os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e dar uma educação efetiva à maioria das crianças.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em seu artigo 5º, consideram educandos com necessidades educacionais especiais, os que, durante o processo educacional apresentarem:

- I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) Aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001, p.72)

A inclusão escolar proporciona ao aluno o direito de frequentar a escola e as

salas de aula regulares. Cabe, portanto, ao professor estar preparado para atender, de forma satisfatória, às exigências de aprendizagem desses alunos.

A Constituição Brasileira trata sobre o atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência, em seu artigo 208, item III, onde se destaca ser dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, p. 129).

A escola não é apenas um meio pelo qual se ensina o aluno a ler e escrever, é o caminho que direciona o sujeito para o meio social e a partir daí cria uma sociedade de cultura e respeito ao próximo.

A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes), para tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. (LIBÂNEO, 2005, P.300)

O direito à educação é expresso na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu artigo 205: “A Educação, direito de todos e dever do Estado [...]” (Brasil, 1988, p.128).

“Cabe à sociedade, à escola e aos professores, a partir de suas percepções e concepções, ponderar suas necessidades e organizar sua ação, de tal forma que a educação não promova a exclusão.” (Minetto, 2008, p. 27).

A inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações nos ambientes físicos e na mentalidade das pessoas e dos próprios portadores de necessidades especiais (Sasaki, 1997, p. 42).

A escola se torna inclusiva, a partir da aceitação das particularidades de seus alunos, logo, o professor necessita repensar, adequar suas práticas e torná-las adequadas com as necessidades de cada aluno para atender a todos sem distinção. A este respeito Mantoan (2011, p. 37) e Santos; Paulino (2008, p. 33), afirmam que inclusão vai implicar em mudanças de paradigmas educacionais, reorganização e reformulação das práticas escolares. Os autores ainda corroboram com essa afirmação mostrando que com isso o sistema de ensino conquistará uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

A educação especial “trata-se de oferecer respostas educativas centradas no processo de construção da cidadania (com qualidade formal e política), de todos os

alunos, deficientes ou não” (Carvalho, 1997, p. 87). O papel do professor no ambiente escolar é o de desenvolver um trabalho diferenciado para cada um dos educandos estando este apto e preparado para trabalhar também com o educando com deficiência.

Uma das principais referências nos estudos sobre educação inclusiva, Mantoan (2011, p. 31) aponta que a escola comum deve ser oferecida a todos os alunos para não serem desconsideradas as especificidades de alguns aprendizes quando apresentarem alguma deficiência.

Sassaki (1997, p. 42) defende que “quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos – a sociedade inclusiva.”

Mantoan e Prieto (2006, p. 23) afirmam que “a inclusão tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais”. As autoras ainda demonstram que se a inclusão for uma das razões fortes de mudança, haverá condições de romper com os modelos conservadores da escola comum brasileira e iniciar um processo gradual de redirecionamento das práticas para melhor qualidade de ensino para todos. (Mantoan; Prieto, 2006, p.28).

As escolas vivem um momento de transformação em que não há lugar para a exclusão de seus educandos. A educação inclusiva acarreta mudanças de paradigmas, tanto para as escolas quanto para os professores, em especial, na sua formação, para que esta possa estar voltada para o atendimento da diversidade.

3. FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O processo de inclusão ter se tornado obrigatório nas instituições de ensino, é imprescindível que o docente esteja ciente e aprimorado com relação a essa temática, para que proporcione uma educação de qualidade para todos os alunos inclusos. A formação docente inicial ou continuada se faz necessária quando os docentes são postos diante do processo de educação inclusiva, para analisar suas práticas e suas habilidades em relação ao trabalho que será realizado com os alunos inclusos.

Tardif (2014, p.114-115), afirma que cada vez mais os professores têm se tornado profissionais da pedagogia, capazes de lidar com os inúmeros desafios que acontecem com a escolarização de massa em todos os níveis de ensino.

Ensinar na diversidade é um grande desafio para o professor, por isso é imprescindível que os docentes busquem uma formação continuada para que estes estejam habilitados para atuar de forma coerente e completa para com os alunos inclusos em cada fase do ensino.

As mudanças sociais influenciam na formação docente, Imbernón (2010, p. 29) afirma que os fatores da diversidade e da contextualização são elementos imprescindíveis na formação docente, já que o desenvolvimento e a diferença entre os indivíduos sempre têm lugar em um contexto social e histórico determinado, que influi em suas origens. Esses dois elementos também permitem ver a formação docente de outra maneira e provocar reflexões diferentes sobre o que fazer nas políticas e práticas de formação.

O autor ainda diz que muitos estudos confirmam a ideia de que uma série de requisitos organizativos são necessários para que a formação continuada possa resultar muito mais frutífera, entre eles destacam-se:

- As escolas devem ter um conjunto de normas assumidas de maneira colegiada e na prática.
- Os gestores da educação, que trabalham com os professores, devem aclarar os objetivos pretendidos com a formação e devem apoiar os esforços dos docentes de mudarem suas práticas.
- Os esforços de mudanças curriculares, no ensino e na gestão das aulas, devem contribuir com o objetivo último de melhorar a aprendizagem dos alunos.
- Uma formação continuada mais adequada, acompanhada dos apoios necessários durante o tempo que for preciso, deve contribuir para que novas

formas de atuação educativa sejam incorporadas à prática. (IMBERNÓN, 2010, p. 34)

A preparação dos educadores envolvidos no contexto educacional é de suma importância, para tornar o ambiente escolar igual para todos, viabilizando ensino e aprendizado também para os alunos inclusos e prepará-los para a vida em sociedade.

Imbernón (2010, p. 30-31), assegura que é preciso desenvolver e reivindicar dos professores novas competências profissionais, na base de um conhecimento pedagógico, científico e cultural revisado, bem como na base de uma nova escolarização democrática da sociedade, pois só assim, será possível transmitir aos futuros cidadãos valores e modos de comportamento democráticos, igualitários, respeitosos com as diversidades cultural e social, com o meio ambiente, etc.

Para que haja um ensino de qualidade será necessário que o professor tenha uma formação adequada para atender às demandas educacionais dos alunos com deficiência, logo, a formação acadêmica ou continuada dos professores torna-se de fundamental relevância.

Com relação à formação do professor e ao currículo, Fantinato (2014, p. 14), afirma que “para que se efetivem as intenções de conviver respeitando a diversidade, torna-se necessária a preparação dos professores para efetivação dos avanços no processo aprendizagem”. A autora complementa ainda que “os cursos que formam docentes devem preparar esses futuros profissionais para que valorizem a riqueza multicultural da população brasileira e respeitem tanto as diferenças individuais dos alunos como a diversidade regional”.

Gadotti (2011, p. 43), diz que muito sofrimento dos professores seria evitado se sua formação inicial e continuada fosse outra, se eles aprendessem menos técnicas e mais atitudes, hábitos, valores. Antes de se perguntar o que deve saber para ensinar, o professor deve se perguntar por que ensinar e como deve ser para ensinar.

Com relação ao currículo Sacristán (2000, p. 102) analisa que:

O currículo deve compreender determinações recíprocas para cada realidade concreta e para as contradições que se criam, ou, igualmente, tornar explícitas as linhas de política curricular que se seguem em cada sistema. Se o currículo é um objeto em construção cuja importância depende do próprio processo, é preciso ver as instâncias que o definem.

Com relação ao professor, Minetto (2008, p. 48), demonstra que esta precisa identificar suas percepções sobre sua prática pedagógica para buscar soluções conscientes além de aprimorar suas competências nas áreas que estejam defasadas, sejam elas teóricas, práticas ou relacionais. Mantoan (2011, p. 31), diz que a inclusão impõe e mobiliza o professor a rever e recriar suas práticas e a entender as novas possibilidades educativas.

Além da escola estar preparada para atender a demanda de alunos com deficiência, os professores também devem estar capacitados e com formação na área para planejar suas aulas conforme a realidade de cada turma e de cada aluno incluso.

Conforme Sacristán (2000), “entre os muitos conflitos vividos pela educação, a prática pedagógica a ser definida, por si só, não produz efeito dentre as soluções propostas, mas sim o papel que o professor ocupa nessa prática”.

O professor é o principal responsável por proporcionar o conhecimento ao aluno. Assim, o professor necessita estar em constante aperfeiçoamento por receber em sua sala de aula alunos com diferentes deficiências para que possa sanar ao máximo as necessidades dos alunos inclusos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva surge como um desafio em busca pela igualdade ao garantir o acesso de todos os alunos com deficiência no processo educacional para reduzir as diferenças, acabar com o preconceito, e ainda além de tudo, visar um ensino e uma aprendizagem de qualidade.

Por muito tempo a educação especial e a inclusão de alunos com deficiência vêm sendo abordadas no país, principalmente quando esses alunos conquistaram o direito de frequentar as salas de aula do ensino regular, todavia, além do direito de se matricularem e frequentarem essas salas, os alunos precisam ter as mesmas condições de igualdade de ensino e aprendizagem para que a inclusão realmente se efetive e que haja um ensino realmente igualitário.

O papel da escola é de fundamental relevância, uma vez que essas devem estar preparadas para poderem trabalhar com esses novos desafios, perspectivas e dificuldades que a educação inclusiva requer, colocando em prática a questão da inclusão e a flexibilização do currículo, adaptando- o quando necessário para que a escola possa atender as individualidades de acordo com as necessidades de cada aluno que participe do processo educacional.

A inclusão não se limita ao reconhecimento das diferenças e ao direito à matrícula e frequência dos alunos com deficiência nas classes regulares de ensino, ela vai muito além e propõe a disseminação de barreiras que impeçam a aprendizagem dos educandos e a sua participação efetiva na sociedade, sendo imprescindíveis, quando necessárias, modificações físicas, adaptações curriculares, implementação de estratégias pedagógicas, organização da sala de aula, implementação de salas de apoio, para que a aprendizagem favoreça a todos sem exceção.

Cada aluno é único e com isso surge a necessidade das escolas e dos professores estarem aptos a receberem esses alunos e de adotarem estratégias

pedagógicas adequadas para com eles, pois o professor é o principal agente no processo de inclusão, por isso a relevância do professor ter dito uma formação adequada para atender essas necessidades.

A qualidade do ensino depende do professor, e sua formação está diretamente ligada ao suprimento da qualidade do processo de ensino- aprendizagem e cabe a ele observar, selecionar, aplicar e avaliar o aluno com as melhores práticas pedagógicas para cada um. Torna-se crucial que sua formação, seja ela inicial ou continuada, seja a melhor e a mais adequada, pois auxiliará o ensino e fará com que o aluno possa ser realmente inserido na sociedade escolar, além de colaborar com a construção de uma escola democrática, igualitária e realmente inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC: SEESP, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Ministério da Educação – MEC. Brasília: SEESP, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

FANTINATO, Tania Mara. **Formação docente para a diversidade**. 1. ed. Curitiba: lesde Brasil S/A, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. 2. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Tradução Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, Joao Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra (Colab.). **EDUCAÇÃO escolar**: políticas, estrutura e organização. Docência em formação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **O desafio das diferenças nas escolas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Egler; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva**: entendendo esse desafio. 2 ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução Ernani Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (orgs). **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

